JORNAL
O Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 92 | Edição **6746 | R$ 9,99 |**
Sexta-Feira, 22 de Dezembro | **Sábado**, 23 de Dezembro | **Domingo**, 24 de Dezembro de 2023

MUITO LIXO

Pilha de entulhos mostra tamanho da destruição causada pela enchente

PÁGINAS | 04 e 05

Devido ao recesso de fim de ano, O Comércio fará uma pausa entre os dias 23 de dezembro e 18 de janeiro de 2024. Nossa próxima edição circula na sexta-feira, 19 de janeiro. Desejamos a você, caro leitor, um Feliz Natal e um próspero 2024. Até ano que vem!



Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

SAÚDE

CENTRAL DE MEDICAMENTOS WILLY CARLOS JUNG É INAUGURADA EM PORTO UNIÃO

Na oportunidade, também foi inaugurado o prédio da Estratégia da Saúde da Família

Da Redação

Fotos: Divulgação/PMPU





Porto União inaugurou na segunda-feira, 18, a Central de Medicamentos Willy Carlos Jung. São 456 metros quadrados divididos nos setores de atendimento, copa, banheiros para funcionários, banheiros para munícipes, estocagem, administrativo e vigilância epidemiológica. A obra custou R$ 598.825,86, e já está atendendo a população.

Na oportunidade, também foi inaugurado o prédio da Estratégia da Saúde da Família para atendimento dos munícipes do centro, do bairro Cidade Nova e também de localidades do interior de Porto União. O prédio possui consultórios, e salas de vacinação, de atendimento e de curativos, além de auditório e banheiros.

"Porto União tem investido muitos recursos na saúde. A estrutura que nós criamos aqui é uma estrutura invejável e é do município. Esse é o principal. Quando eu assumi o comando do município, nós estávamos lá no prédio do INSS, um prédio que não oferecia estrutura nenhuma e, além do mais, a gente ainda tinha que pagar aluguel de 15 mil reais por mês. Então nós compramos esse prédio aqui, que era o antigo SESI, reformamos, ampliamos, fizemos uma instalação totalmente moderna, nova, com todos os equipamentos, e hoje está à disposição da população. Aqui, o prédio da farmácia, a central de medicamentos. Um prédio de dois andares, construído com recursos viabilizados pela deputada Geovânia de Sá, e hoje entrega oficialmente a nossa população. Ele já está pronto há alguns meses, mas infelizmente não foi possível inaugurar, devido às enchentes, à agenda da deputada também que era bem lotada. Mas nós estamos hoje entregando oficialmente este prédio à nossa população. São obras que vêm ao encontro dos anseios do nosso povo, e é isso que nós temos que fazer. Obras importantes e obras que certamente vão trazer grandes benefícios à população de Porto União", comentou o prefeito Eliseu Mibach.



Na oportunidade, o prefeito também falou sobre os futuros investimentos na área da saúde. "A pessoa, quando está bem de saúde, é uma coisa, mas quando ela não está bem, ela também tem dificuldades no seu dia a dia, na sua vida, e nós temos procurado fazer o melhor. Nós temos vários projetos importantes. Nós temos aqui o projeto da Farmácia Viva, com as pessoas trabalhando dia a dia para levar conhecimento e também o fitoterápico a toda a nossa população. Mas a estrutura é uma estrutura que tem que ser ampliada a cada dia que passa. Aqui no fundo do prédio nós já deixamos pronto para fazer o CAPS (Centros de Atenção Psicossocial). Futuramente, o CAPS do município de Porto União pode vir também aqui para o prédio da saúde, que o local já está pronto, o aterro pronto, tudo prontinho, somente para iniciar a obra. Então, é um investimento que não para nunca. Vamos continuar trabalhando, essa é a nossa missão. Talvez não vou conseguir fazer o prédio do CAPS, mas [vamos] deixar a estrutura pronta, o projeto pronto, e o próximo prefeito, quem sabe, poderá fazer mais essa importante obra, que vai ser incluída aqui neste imóvel, nesse terreno, que é bem amplo e que oferece condições de estrutura cada vez maior a nossa população".

Presente na inauguração dos prédios, a deputada federal por Santa Catarina, Geovânia de Sá reforçou a importância do investimento no Sistema Único de Saúde (SUS). "É um prazer estar na Cidade de Porto União novamente. O prefeito Eliseu sempre me cobra muito eu vir até aqui para ver a realidade. Lá em Brasília a gente poder estar intermediando junto aos ministérios e, claro, trazendo recursos, exatamente para situações, equipamentos de saúde como esse, que é uma farmácia, e tem laboratório. E tem aqui todo o estoque de medicação para atender a população de Porto União. Saúde é prioridade. Saúde é urgente, bateu na casa do cidadão, precisa do atendimento, e nem todo mundo pode pagar. (...) Tem pessoas que podem, que tem condições, mas o SUS, ele é o sistema único nosso, e é um sistema único reconhecido mundialmente. Mas que ele precisa ser efetivo na ponta, na cidade, que é onde as pessoas moram. Então trazer esses recursos e vendo eles acontecerem na prática, o investimento disso para a população, é muito gratificante. Por isso que todos os anos nós colocamos para Porto União recursos".

O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Fundado em 11 de Junho de 1931
Site: *www.jornalocomercio.com*

FILIADO A
ADIPR

Direção Geral: Sitamar Luzia Brittes Dalmas **Editor-Chefe:** Eduardo Carpinski **Gerência:** Andrews Roberson Batista
Departamento Comercial: Lu Calistro **Corretor de Conteúdo:** Ana Cabral e Amanda Beatriz Pires **Reportagem:** Ivana Caroline Porn, Wannessa Stenzel, Jaqueline Castaldon e Rafael Peruzzo. **Diagramação:** Gabrielly Cesco **Colaboradores:** Therezinha Wolff, Brittes Antonio Brittes **Assinatura Anual** (Local: R$ 240,00 | Microrregião: R$ 480,00) **Atendimento:** Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR) CEP: 84600-180 - Tel (42) 3521-2050 **CNPJ: Matriz:** 77.958.882/0001-27 | **Filial:** 77.958.882/0002-08 **Circulação:** União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União. **Impressão:** Press Alternativa. **ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS, NÃO REFLETEM NECESSÁRIAMENTE A OPINIÃO DO JORNAL.**

8/2023 ADJORISC CCJ REGULARIDADE COMPROVADA

GOVERNO LANÇA PROGRAMA PARA VALORIZAÇÃO DOS HOSPITAIS E TABELA CATARINENSE DE CIRURGIAS ELETIVAS

Serão mais de R$ 650 milhões destinados em incentivos às unidades de saúde parceiras

Da Agência Catarinense de Notícias

Fotos: Roberto Zacarias/Secom



A quarta-feira, 20, teve uma manhã de grandes anúncios para a área da saúde em Santa Catarina. Foram lançados o Programa de Valorização dos Hospitais e a Tabela Catarinense de procedimentos cirúrgicos eletivos. Serão mais de R$ 650 milhões destinados em incentivos às unidades de saúde parceiras em 2024, além dos valores para cirurgias eletivas mediante produção.

No ato, o governador Jorginho Mello, a secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto e a presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, Sinara Simione assinaram as deliberações n 744, que dispõe sobre a operacionalização Tabela catarinense de Cirurgias Eletivas e n 745 do Programa de Valorização dos Hospitais.

Ainda foi assinado o anteprojeto de lei que será encaminhado à Assembleia Legislativa repactuando metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas até 31 de dezembro para instituições filantrópicas e hospitais públicos municipais.

Em abril foi instituído um grupo de trabalho para discutir uma revisão dos incentivos financeiros aos hospitais do Estado. Como resultado, o Programa de valorização prevê maior sustentabilidade das unidades prestadoras de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

"Essa é mais uma entrega que estamos fazendo este ano, em um trabalho muito técnico da secretária Carmen Zanotto e da equipe da Secretaria da Saúde valorizando todos os hospitais do Estado. Isso significa garantia do atendimento", frisa o governador Jorginho Mello.



Com as atualizações, em que foram alterados critérios de participação das unidades de saúde, o Estado passará, em 2024, de 115 para 152 unidades participantes entre hospitais filantrópicos e municipais. Estão entre os critérios as portas de urgência e emergência, os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e a quantidade de partos realizados, além do aumento nos valores pagos para a realização de cirurgias eletivas, a chamada Tabela Catarinense de Cirurgias Eletivas.

Em 2022 foram repassados R$336 milhões, em 2023 R$ 479 milhões e para 2024 a projeção está em R$ 650,2 milhões para os incentivos fixos.

Outro importante anúncio foi a Tabela Catarinense de procedimentos cirúrgicos eletivos, em que foram revistos os valores pagos aos prestadores de serviços refletindo também na valorização dos profissionais.

"Os novos valores vão garantir a realização das cirurgias de todos os catarinenses. Os hospitais receberão, já a partir de 1 de janeiro, os recursos corrigidos de acordo com os procedimentos realizados. Nosso objetivo é continuar aliviando o sofrimento dos pacientes, já ultrapassamos as 120 mil cirurgias eletivas realizadas e queremos expandir ainda mais", explica a secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto.

O cálculo será variável de acordo com cada procedimento considerando a defasagem da tabela SUS. Agora, com a tabela catarinense serão pagos até 12 vezes o valor destinado na Tabela SUS

Os reajustes serão destinados principalmente aos procedimentos de alta complexidade de ortopedia, sendo o grupo com a maior fila de espera. Na oncologia para a garantia do início do tratamento dos pacientes em até 60 dias e nos de média complexidade de urologia e otorrinologia.

Para a presidente da Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina (Fehosc), Irmã Neusa Lúcio Luiz, esta revisão era aguardada e traz segurança para as entidades. "Estamos com uma expectativa muito grande e acreditamos que isso vai ser muito importante para toda a nossa área hospitalar. Esse programa de valorização dos hospitais com certeza, vem trazer recursos para melhorar toda a estrutura e principalmente o atendimento à nossa população".

Segundo o presidente da Federação dos Hospitais de Santa Catarina, Giovani Nascimento, os programas foram construídos com as instituições. "O impacto para nós é muito positivo em função de que desde que foi criada a política hospitalar catarinense, nós tivemos a oportunidade de construir este plano junto com o Governo do Estado. A gente tem certeza que isso trará benefícios imensos para toda a rede hospitalar de Santa Catarina".





NOBRE COMUNICAÇÃO VISUAL

PILHA DE ENTULHOS MOSTRA TAMANHO DA DESTRUIÇÃO CAUSADA PELA ENCHENTE

Mais de duas mil cargas de destroços já foram recolhidas pela prefeitura de União da Vitória

Por Ivana Caroline Porn
ivana@vvale.com.br

O Iguaçu já voltou para seu leito normal, mas as marcas do alagamento seguem visíveis em vários pontos da cidade e, em especial, em uma área na região do Rio Vermelho, local em que a prefeitura de União da Vitória tem armazenado os entulhos retirados dos imóveis invadidos pela água. Roupas, eletrodomésticos, móveis e muitos outros itens que fizeram parte da vida de famílias atingidas pela enchente agora se acumulam em uma gigantesca pilha de destroços.

Desde o início de novembro, quando começou o trabalho de limpeza, já foram retiradas das ruas mais de 2.000 cargas de entulho, algo em torno de 15.000 metros cúbicos de material. Segundo a prefeitura, a quantidade de lixo empilhada equivale a quase quatro campos do Estádio Municipal Antiocho Pereira. A área escolhida para o armazenamento do entulho foi indicada pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Foram 30 km lineares de ruas limpas pelas mais de 70 pessoas que trabalharam em três turnos. Um problema apontado pelo prefeito Bachir Abbas, contudo, foi o de que muitas vezes as equipes precisaram retornar a um local que já havia sido limpo, visto que o entulho não era colocado para coleta todo em uma única vez. Agora, com previsão de que as equipes encerrem os trabalhos nesta sexta-feira, 22,

Fotos: Ivana Caroline Porn





ensina mais
PROGRAMAS EDUCACIONAIS
(42) 99973-7535



Bachir relata que será disponibilizado um número para que a coleta de entulho seja feita por agendamento. "A quantidade de entulhos retirados é extremamente grande, e a gente vai continuar esse trabalho, mas precisamos da compreensão das pessoas. A gente passa em uma rua e para voltar, muitas vezes, demanda tempo, então a gente precisa da colaboração da população que quando nossas equipes estiverem fazendo a limpeza, que a pessoa já coloque todos os entulhos na rua", solicita.

Junto das equipes da Secretaria Municipal de Obras e Departamento de Manutenção, participaram da limpeza das ruas o DEPEN, o 5º Batalhão de Engenharia e Combate Blindado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), além do auxílio das empresas Paraná Resíduos, GR, Nelson Padovani, Marcos SK, Engemass, Procoenge, Compensa, Hobi e Flamaserv.

O espaço destinado para o armazenamento do entulho, inclusive, fica no terreno próximo ao utilizado pela Paraná Resíduos. Durante visita ao local, a reportagem de O Comércio teve a oportunidade de conversar com Mauro Bengui, funcionário da empresa, que acompanhou de perto o processo de limpeza da cidade.

Segundo Mauro, a equipe da Paraná Resíduos tem cuidado para que terceiros não mexam no entulho. Foi instalada uma cancela no local para que a área não seja invadida. Quanto ao conteúdo retirado das ruas, Mauro destaca que grande parte é madeira, e que a separação para reciclagem deverá ser feita de forma manual. "A máquina pode até esparramar, mas a juntada de plástico, de papel, papelão, tem espumas no meio, tem um monte de derivados no meio que, se tivesse sido separado na época, teria ficado muito mais simples para a própria prefeitura. (...) Se tivesse sido separado [pela população] todo esse material que está aqui, eu tenho certeza que a nossa cidade já estaria limpa. Os meninos já estariam descansando. (...) Esse caminhão que está saindo, você pode ter certeza que já estaria fazendo outros serviços em vez de estar puxando entulho. E são duas máquinas, é uma equipe grande que está lá na coleta de lixo. É uma porção de pessoas que tem que tirar o chapéu. Tem que dar os parabéns para toda a garotada da prefeitura".





SEGURANÇA CAST TRABALHO
VILAS BOAS SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
vilasboas@vilasboasseguranca.com.br
(42) 99165-0293
(42) 3523-1854





REMAX
(42) 3522-2888

HUSSEIN BAKRI COMEMORA APROVAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE 86 CRECHES NO PARANÁ COM INVESTIMENTO DE R$ 140 MILHÕES

| Da Assessoria

Foto: Divulgação



Líder do Governo na Assembleia Legislativa, o deputado Hussein Bakri foi o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto de lei que cria o Programa Infância Feliz Paraná. A proposta do Governo Ratinho Junior, que foi aprovada em plenário nesta terça-feira (19), prevê a construção de 86 creches, de até 300 metros quadrados, em municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no Estado. Serão investidos mais de R$ 140 milhões nas obras, com execução prevista já a partir de 2024. "É importante destacarmos dois pontos. O apoio mais uma vez do Estado aos municípios, marca registrada deste Governo. E também a preocupação com a primeira infância, período que é determinante para o bom desenvolvimento das nossas crianças no futuro. Por isso, diante da importância do tema, interrompemos o recesso parlamentar e aprovamos esse projeto para que ele possa ser sancionado de imediato e aplicado já a partir do início do ano que vem", afirmou Hussein Bakri. O principal objetivo do novo programa é atender famílias em situação de vulnerabilidade que não tenham filhos matriculados em locais de atendimento educacional e que sejam assistidas pelos programas sociais de transferência de renda. De acordo com os dados do CadÚnico, o Paraná apresenta aproximadamente 242 mil crianças com idade de 0 a 3 anos pertencentes a famílias de baixa renda e que não são atendidas em creches. Além disso, conforme estudos do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), os efeitos dos 1 mil primeiros dias da vida de uma criança são essenciais para o seu desenvolvimento físico e mental. Por fim, o projeto aprovado pela Assembleia também está em consonância com as metas da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a primeira infância: educação e cuidados; saúde; e restituição de direitos. "Além do ganho de desenvolvimento para as crianças, os pais terão tranqüilidade para trabalhar deixando os seus filhos em locais seguros e apropriados", ressaltou Hussein Bakri.

SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ | FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ | SINDICATO RURAL

Limpeza de máquinas agrícolas é essencial para fitossanidade

As máquinas agrícolas, caso não sejam limpas adequadamente, podem carregar pragas e plantas daninhas, causando problemas de fitossanidade nas lavouras. Por isso, desde o início de dezembro, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) intensificou a fiscalização e a vistoria dos equipamentos que entram no Estado.

A ação tem apoio direto do SENAR-PR, que desenvolveu um procedimento de limpeza de colhedoras e outros implementos. Com base nisso, a entidade promoveu dois treinamentos a técnicos da Adapar, para que estejam aptos a inspecionar os maquinários e identificar quando estão adequadamente limpos e sem oferecer riscos sanitários.

As inspeções ocorrem em todos os Postos de Fiscalização de Trânsito Agropecuário (PFTA) da Adapar, situados nas divisas com outros Estados. Caso as máquinas e implementos não estejam devidamente limpos, os veículos não poderão entrar no Paraná. Quando as máquinas agrícolas passam pelos PFTAs, saindo em direção a outros Estados, os transportadores também são informados da necessidade de limpeza para os equipamentos retornarem ao território paranaense.

Para enfatizar essa iniciativa, o SENAR-PR também vai produzir uma cartilha explicando como deve ser feita a limpeza do maquinário. Além disso, o protocolo de limpeza desenvolvido pelo SENAR-PR deve ser incluído como módulo extra nos cursos de colhedora de grãos, já ofertados pela entidade.

sistemafaep.org.br

HUSSEIN BAKRI E PREFEITO BACHIR ABBAS ENTREGAM CARROS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA

Os veículos chegam para fortalecer a atuação de secretarias municipais nas áreas de Agricultura, Trânsito, Acessibilidade e Inclusão Social, além da ADAD

Nesta quarta-feira, 20, o deputado estadual Hussein Bakri esteve ao lado do prefeito Bachir Abbas e da coordenadora regional da Casa Civil, Gabi Bakri, entregando veículos para o município de União da Vitória. O evento ocorreu na Praça Coronel Amazonas e contou com a presença de vereadores, chefes de Núcleo, secretários municipais e funcionários públicos.

Os veículos chegam para fortalecer a atuação de secretarias municipais nas áreas de Agricultura, Trânsito, Acessibilidade e Inclusão Social. Na oportunidade, também foi entregue via emenda parlamentar um automóvel à ADAD (Associação para Dependentes de Álcool e Outras Drogas).

"Sempre quem está presente é o deputado Hussein Bakri. Ele sempre está aqui e temos que reconhecer. Momento de agradecimento por tantas obras que conseguimos neste ano e por esses veículos que vão fazer a diferença para o trabalho das secretarias", comentou o prefeito Bachir Abbas.

"Gratidão, Hussein Bakri, por destinar mais recursos para nossa cidade. Por sempre atender aos pedidos dos vereadores. Sabemos da importância de ter um deputado que está ao nosso lado. Muito obrigado", agradeceu o vereador Anderson Cardoso, que no ato representou a Câmara Municipal.

"Uma parceria importante entre Governo do Estado, Prefeitura e Câmara de Vereadores. Um dia de celebrar tantas conquistas importantes para União da Vitória", destacou a Coordenadora regional da Casa Civil, Gabi Bakri.

O deputado Hussein Bakri também relembrou todas as ações de um ano de muitas conquistas e reforçou mais uma vez o compromisso com União da vitória. "Para 2024, nosso trabalho e do Governo Ratinho Junior continuarão firmes em favor de União da Vitória e de todo o Sul do Paraná", completou.

Nesta quarta-feira (20), o deputado estadual Hussein Bakri esteve ao lado do prefeito Bachir Abbas e da coordenadora regional da Casa Civil, Gabi Bakri, entregando veículos para o município de União da Vitória. O evento ocorreu na Praça Coronel Amazonas e contou com a presença de vereadores, chefes de Núcleo, secretários municipais e funcionários públicos.

Os veículos chegam para fortalecer a atuação de secretarias municipais nas áreas de Agricultura, Trânsito, Acessibilidade e Inclusão Social. Na oportunidade, também foi entregue via emenda parlamentar um automóvel à ADAD (Associação para Dependentes de Álcool e Outras Drogas).

"Sempre quem está presente é o deputado Hussein Bakri. Ele sempre está aqui e temos que reconhecer. Momento de agradecimento por tantas obras que conseguimos neste ano e por esses veículos que vão fazer a diferença para o trabalho das secretarias", comentou o prefeito Bachir Abbas.

"Gratidão, Hussein Bakri, por destinar mais recursos para nossa cidade. Por sempre atender aos pedidos dos vereadores. Sabemos da importância de ter um deputado que está ao nosso lado. Muito obrigado", agradeceu o vereador Anderson Cardoso, que no ato representou a Câmara Municipal.

"Uma parceria importante entre Governo do Estado, Prefeitura e Câmara de Vereadores. Um dia de celebrar tantas conquistas importantes para União da Vitória", destacou a Coordenadora regional da Casa Civil, Gabi Bakri.



Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com



Foto: Divulgação/PMUVA

Obras importantes

O prefeito Bachir Abbas vai elevar e asfaltar a via de acesso ao Distrito de São Cristóvão, após a Ponte José Richa. Também vai fazer uma intervenção na Rua Pedro Stelmachuk, acesso ao Bairro Bom Jesus. Duas importantes obras neste final de ano.

Medicamentos

O prefeito de Porto União, Eliseu Mibach, inaugurou a Central de Medicamentos Willy Carlos Jung. Uma obra inovadora, arrojada e moderna. São 456 m², que custaram R$ 598.825,86. A Central de Medicamentos, também é conhecida por farmácia do SUS.

Presidente

Cumprindo o seu oitavo mandato no Legislativo de Porto União, o vereador Luiz Alberto Pasqualin foi eleito mais uma vez para presidir a casa de leis a partir do dia 1º de janeiro de 2024.

Recebeu

O deputado estadual Hussein Bakri, líder do governo na Assembleia Legislativa, recebeu o Título de Cidadão Honorário da cidade de Reserva do Iguaçu, em reconhecimento pelo vasto trabalho desenvolvido naquele município.

Entulho

O prefeito de União da Vitória, Bachir Abbas, comentou que mais de 2000 cargas de entulhos já foram removidas das ruas atingidas pela cheia do Rio Iguaçu. São mais de 15 mil metros cúbicos retirados das ruas da cidade. A previsão de conclusão dos serviços é de, no máximo, até a sexta-feira, 22.

Devolveram

Os vereadores da Câmara Municipal de União da Vitória economizaram ao longo de 2023 e devolveram aos cofres municipais a importância de mais de R$ 3 milhões.

Turismo

"O nosso Paraná na Times Square. O turismo paranaense e o Verão Maior Paraná, na esquina mais visitada do mundo", destacou o governador Ratinho Júnior.

Verão

O governador catarinense Jorginho Mello lançou a maior operação para proteção dos veranistas da história. Além dos catarinenses, são esperados mais de 2,8 milhões de visitantes entre dezembro e março de 2024.

Levou

O deputado federal Valdir Cobalchini defende os pequenos empreendedores. 7 de cada 10 empregos no país vem das micro e pequenas empresas. Cobalchini levou ao Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, as solicitações de desburocratização, incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito.



Espaço Cultural

Therezinha Wolff
colunista@jornalocomercio.com

O QUE É O NATAL?

Natal é a brisa suave
é a chuva calma.

Natal é a semente que germina
é a árvore que cresce.

Natal é a ave que gorgeia
é o filhote no ninho.

Natal é a flor que nasce sobre a pedra
é o raio de sol que dissipa a tempestade.

Natal é o luar na estrada escura
é o sono calmo na madrugada.

Natal é ver a primeira neve
é o abrigo para se agasalhar

Natal é a alegria da criança
é o presente almejado que recebe.

Natal é o abraço do filho
é a paciência de pai e de mãe.

Natal é a mesa sem cadeiras vazias
é a oração antes do alimento.

Natal é o olhar sincero e amigo
é a mão estendida não importa a quem.

Natal é viver mais um Natal
é desejar paz no mundo.

Natal é ter amor ao próximo
é poder dizer a todos.

Foto: Reprodução





Uniuv COLTEC www.uniuv.edu.br

CONGRESSO PROMULGA EMENDA CONSTITUCIONAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta prevê unificação de impostos e fundo de R$ 60 bilhões

Da Agência Brasil

Foto: Lula Marques/Agência Brasil



O Congresso Nacional promulgou na quarta-feira, 20, em sessão solene, a emenda constitucional 132/2023, que institui a reforma tributária, aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 15. A proposta já havia sido aprovada pelo Senado em novembro. O texto é proveniente da PEC 45/2019.

A promulgação foi declarada pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "O dia de hoje será lembrado, não apenas como um marco histórico, mas também como um ponto de virada, um divisor de águas. É aqui que mudamos a trajetória do Brasil. Esse dia representa o início de um novo país rumo ao progresso. É uma conquista do Congresso Nacional, do povo brasileiro", disse.

Após 30 anos de discussão, a emenda constitucional simplificará e unificará os tributos sobre o consumo, mas as mudanças ocorrerão aos poucos. A nova tributação das mercadorias e dos serviços começará a entrar em vigor em 2026 e só terminará em 2033. A transição para a cobrança do imposto no destino (local de consumo) se iniciará em 2029, levará 50 anos e só será concluída em 2078.

A principal mudança será a extinção de quatro tributos, que serão fundidos no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse tributo seguirá o modelo dual, em que parte da administração ficará com a União e outra parte com os estados e municípios.

Os tributos federais a serem extintos são o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Eles serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União. Inicialmente, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) seria incorporado à CBS, mas foi mantido e incidirá apenas sobre mercadorias concorrentes às produzidas na Zona Franca de Manaus.

Outros dois impostos a serem extintos são locais: o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados; e o Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Eles serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Em troca de mudanças que trarão o fim da guerra fiscal entre os estados, o governo criará um Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar projetos de desenvolvimento em estados mais pobres. Inicialmente orçado em R$ 60 bilhões por ano a partir de 2043, o fundo foi um dos principais pontos de embates durante as discussões.

Diversos governadores pediram a ampliação do valor para R$ 75 bilhões anuais, mas a Câmara inicialmente fixou o montante em R$ 40 bilhões. Posteriormente, o Senado elevou o valor para R$ 60 bilhões por ano. Haverá ainda um novo fundo, também abastecido com recursos da União, para a Zona Franca de Manaus.

A proposta prevê alíquotas reduzidas para alguns setores da economia e abre margem para a criação de um sistema de cashback (devolução de parte do tributo pago), que será regulamentada por lei complementar. O texto também prevê mudanças na tributação sobre patrimônio, com cobrança de imposto sobre meios de transporte de luxo e heranças.



Confira algumas das mudanças da reforma tributária

Extinção e criação de tributos

Criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto por dois tributos:

• Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): unificará o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

• Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): unificará o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS);

• Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) inicialmente seria extinto, mas continuará a existir, incidindo sobre produtos concorrentes dos produzidos na Zona Franca de Manaus;

• No modelo dual, a União define a alíquota da CBS; e os estados e municípios, do IBS. Em relação aos tributos locais, a diferença será que os governos estaduais e as prefeituras terão de concordar com uma alíquota única, em vez de cada ente público reduzir tributos para estimular a guerra fiscal;

• Não cumulatividade plena: a CBS e o IBS não incidirão em cascata em nenhuma fase da cadeia produtiva. Hoje, o modelo brasileiro é de cumulatividade parcial. Alguns setores da economia continuam pagando em cascata. Outros pagam por valor adicionado em cada etapa da cadeia (pagam sobre o valor acrescentado sobre o preço anterior), mas contam com isenções ao longo das etapas que resultam em maior tributação ao fim da cadeia;

• Cobrança no destino: mercadoria e serviço serão tributados no local do consumo, em vez da origem, como ocorre atualmente. Mudança acaba com guerra fiscal;

• Desoneração de exportações e investimentos.

Imposto Seletivo

• Cobrança sobre produtos que gerem danos à saúde ou ao meio ambiente;

• Alíquotas definidas por lei;

• 60% da receita vai para estados e municípios;

• Princípio da anualidade: cobrança só poderá começar no ano seguinte à sanção da lei;

• Imposto regulatório: não tem objetivo de arrecadar, mas regular mercado e punir condutas prejudiciais;

• Produtos: bebidas alcoólicas e cigarros; possibilidade de cobrança sobre combustíveis, agrotóxicos, defensivos agrícolas e alimentos processados e ricos em açúcar; alíquota de 1% sobre extração de recursos naturais não renováveis, como minério e petróleo;

• Exclusão da incidência sobre: telecomunicações, energia, produtos concorrentes com os produzidos na Zona Franca de Manaus, armas e munições, insumos agrícolas que se beneficiem de alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão, exceto no caso de agrotóxicos e defensivos.

Transição

• 2026: início da cobrança da CBS e do IBS em 2026, com alíquota de teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS;

• 2027: extinção do PIS/Cofins e elevação da CBS para alíquota de referência (a ser definida posteriormente pelo Ministério da Fazenda);

• 2027: redução a zero da alíquota de IPI, exceto para itens produzidos na Zona Franca de Manaus;

• 2029 a 2032: extinção gradual do ICMS e do ISS na seguinte proporção: 90% das alíquotas atuais em 2029, 80% em 2030, 70% em 2031, 60% em 2032.

• 2033: vigência integral do novo sistema e extinção dos tributos e da legislação antigos;

• 2029 a 2078: mudança gradual em 50 anos da cobrança na origem (local de produção) para o destino (local de consumo).

Alíquotas

• Alíquota única padrão: estimada em 27,5%, mas poderá ser menor caso governo reduza sonegação, valerá como regra geral;

• Alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão aos seguintes grupos, com cadeia produtiva curta e que seriam prejudicados pelo IVA não cumulativo: dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual (alíquota de IBS), serviços de saúde, serviços de educação, produtos agropecuários fora da cesta básica, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal, produtos e insumos da aquicultura, produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas, bens e serviços relacionados à segurança e à soberania nacional, à segurança da informação e à segurança cibernética, comunicação institucional, produtos de limpeza consumidos por fa-

mílias de baixa renda, setor de eventos, nutrição enteral ou parenteral (que previnem ou tratam complicações da desnutrição)

• Profissionais liberais com atividades regulamentadas pagarão 70% da alíquota-padrão do IVA. Na prática, medida beneficia apenas empresas, escritórios e clínicas que faturem mais de R$ 4,8 milhões por ano. Isso porque a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional

• Alíquota zero: cesta básica nacional com possibilidade de regionalização, a ser definida por lei complementar. Atualmente, cada estado tem sua composição, medicamentos para tratamento de doenças graves, serviços de educação de ensino superior: Prouni, pessoas físicas que desempenhem atividades agropecuárias, pesqueiras, florestais e extrativistas vegetais in natura. No caso de produtor rural pessoa física, isenção de IBS e CBS vale para quem tem receita anual de até R$ 2 milhões. O produtor que recebe menos que esse valor por ano poderá repassar crédito presumido (tipo de compensação tributária) aos compradores de seus produtos; serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos; compra de automóveis por taxistas e pessoas com deficiência e autismo; compra de medicamentos e dispositivos médicos pela Administração Pública e por entidades de assistência social sem fins lucrativos; reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; compras governamentais: isenção, caso seja admitida a manutenção de créditos tributários de operações anteriores; repasse integral da arrecadação do IBS e da CBS recolhida

• Ampliação da imunidade tributária para igrejas: de "templos de qualquer culto", a medida agora abrangerá "entidades religiosas, templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes";

• Se modificações na tributação do consumo aumentarem arrecadação geral, dispositivo no texto prevê a redução das alíquotas do IBS e da CBS ao ente público contratante (União, Estado ou município).

Regimes tributários favorecidos

• Zona Franca de Manaus

• Simples Nacional, regime especial para micro e pequenas empresas.

Regimes tributários específicos

• Combustíveis e lubrificantes: cobrança monofásica (em uma única etapa da cadeia), alíquotas uniformes e possibilidade de concessão de crédito para contribuinte;

• Serviços financeiros, seguros, operações com bens imóveis, cooperativas, planos de assistência à saúde e apostas: alíquotas específicas, tratamento diferenciado nas regras de creditamento (aproveitamento de créditos tributários) e na base de cálculo; e tributação com base na receita ou no faturamento (em vez do valor adicionado na cadeia);

• Serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, restaurantes, agências de viagem, missões diplomáticas

• Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

• Sociedades Anônimas de Futebol, que terão recolhimento unificado.

• Na segunda votação, Câmara retirou os seguintes setores dos regimes específicos: saneamento básico, concessão rodoviária, transporte aéreo, microgeração e minigeração de energia, telecomunicações, bens e serviços "que promovam a economia circular"

Desoneração da folha

• Caso uma eventual criação de mais empregos, com a desoneração da folha a alguns setores da economia, resulte em maior arrecadação, esse aumento deve ser usado para reduzir a tributação do consumo de bens e serviços.

• Nessa hipótese, demais setores não incluídos na desoneração poderão também ser beneficiados.

IPVA

• Inclusão de cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos aquáticos e aéreos, como jatos, helicópteros, iates e jet skis;

• Possibilidade de o imposto ser progressivo conforme o impacto ambiental do veículo. Quem polui mais, paga mais;

• Possibilidade de que carros elétricos paguem alíquotas menores;

• Lista de exceções para IPVA, incluída durante negociações: aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros; embarcações de pessoa jurídica com outorga de serviços de transporte aquaviário; embarcações de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência; plataformas que se locomovam na água sem reboques (como navio-sonda ou navio-plataforma); tratores e máquinas agrícolas.

Herança e doação

• Progressividade do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD);

• Alíquota subirá conforme o valor da transmissão; transferência a competência do imposto sobre bens móveis, títulos e créditos ao Estado onde tiver domicílio;

• Cobrança sobre heranças no exterior

• Isenção de ITCMD sobre transmissões para entidades sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos

IPTU

• Possibilidade de prefeituras atualizarem base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por decreto;

• Decreto obedecerá a critérios gerais previstos em lei municipal;

• Medida atende a pedido das prefeituras.



ÓTIMA LOJA (42) 3522-2042

PELO PARANÁ

ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

SAMU

O Ministério da Saúde vai entregar nesta sexta-feira, 22, mais 15 novas ambulâncias do Samu no Paraná. São ambulâncias que vão renovar a frota no Paraná que ainda tem um aumento de 30% nos repasse para o custeio do serviços do Samu no estado. As ambulâncias vão atender as cidades de Ampére, Curitiba, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Itapejara D'Oeste, Londrina, Medianeira, Ortigueira, Palmeira, Planalto, Rio Azul, Teixeira Soares e Ventania.

Alta produção

A Hidrelétrica de Itaipu comunicou que a energia produzida em 2023 deve superar os 82 milhões de megawatts-hora (MWh) – quantidade suficiente para abastecer o mundo por um dia. Itaipu deve fechar o ano, conforme as estimativas da hidrelétrica binacional, como responsável por aproximadamente 88% do atendimento do mercado paraguaio de eletricidade e 10% da demanda brasileira.

Entre os melhores

O atual coordenador-geral de Polícias Judiciária e Científica da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (MJSP), o paranaense Pedro Filipe de Andrade, foi eleito um dos melhores delegados de polícia do Brasil. A seleção foi promovida pelo Portal Nacional dos Delegados e Revista da Defesa Social. Votaram nessa seleção milhares de internautas e seguidores do Portal.

Do Paraná

O curitibano Adailton Gonçalves, técnico do Geração Olímpica e Paralímpica, estará na seleção nacional de boxe em Paris 2024. Adailton se destacou nos Jogos Pan-Americanos em 2023. Ele foi um dos técnicos da seleção brasileira (são quatro homens e uma mulher) na competição em que alguns atletas do país derrotaram potências do esporte como EUA e Cuba.

Tráfego restrito

A Polícia Rodoviária Federal do Paraná (PRF-PR) divulgou que haverá restrição de tráfego nas rodovias federais que cortam o Estado durante o período de festas de fim de ano. Restrição BR: 116,153,163,277,369,373,376 e 476. Horários e dias de restrição: 22, 25, 29 e 1° das 16h às 22h. Nos dias 23 e 30: das 06h às 12h.

Banco do Agricultor

O Banco do Agricultor Paranaense possibilitou a liberação de R$ 344,4 milhões em financiamentos rurais entre o início de dezembro de 2022 e a mesma data em 2023. Desde o lançamento do programa, em abril de 2021, são R$ 646,1 milhões investidos nesse segmento. Eram 2.075 financiados até dezembro de 2022 e o número subiu para 4.180 em 2023.

Banco do Agricultor II

O maior volume em financiamento é a linha de energia renovável, que alcançou R$ 559,2 milhões no total. Desde o início do programa foram beneficiados 3.214 projetos. A linha destinada à pecuária leiteira é a segunda em volume de financiamento, fechando com R$ 53,8 milhões em 690 projetos.

Ativos florestais

A Klabin acertou a compra dos ativos florestais da Arauco, concentrados sobretudo no Paraná, por US$ 1,16 bilhão, equivalente a R$ 5,8 bilhões. A aquisição engloba 150 mil hectares totais, dos quais 85 mil hectares de plantio de pinus e eucalipto, e 31,5 milhões de toneladas de madeira em pé, garantindo à companhia brasileira autossuficiência em matéria-prima na região até 2028.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

/peloestado

[PeloEstado]

peloestado.com.br

Economia do governo organiza contas de SC

Desde o início da sua gestão, Jorginho Mello (PL) vem buscando equalizar as contas do Estado e, para tanto, encomendou a Cleverson Siewert, Secretário de Estado da Fazenda (SEF), um diagnóstico sobre o assunto, o que resultou em um programa chamado Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc).

Nesta semana, o governador apresentou um balanço do Pafisc mostrando que as medidas definidas pelo Governo do Estado para cortar despesas consideradas não essenciais garantiram uma economia de R$ 783 milhões aos cofres públicos catarinenses entre janeiro e novembro de 2023. Pelo menos R$ 608 milhões desse valor foram poupados a partir do lançamento do Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina – Pafisc, que entrou em vigor em maio e estabeleceu uma série de ações para garantir o equilíbrio das finanças estaduais.

Para reduzir o custo da máquina pública e implementar as ações do Pafisc, houve o corte de gastos com custeio, material permanente e equipamentos. Também foi definida a suspensão das nomeações de aprovados em concursos públicos do Estado, com exceções analisadas pontualmente ao longo do ano pelo Grupo Gestor do Governo (GGG) e autorizadas pelo governador Jorginho Mello.

A análise dos números mostra que, entre janeiro e novembro, o Governo do Estado manteve redução média de 38% nas despesas de custeio e material permanente. O balanço de maio a novembro, período em que houve a efetiva implementação do Plano de Ajuste Fiscal, mostra que o percentual médio de economia foi de 44%. Assim, o Governo do Estado alcançou 71% da meta de R$ 1,1 bilhão em cortes planejados até 30 de abril de 2024 (quando encerra-se a primeira fase do Pafisc).

O Estado planeja economizar até R$ 2,2 bilhões com os ajustes durante todo o ciclo do Pafisc, além de buscar outros R$ 2,1 bilhões em novas receitas e ações de incentivo aos negócios e de redução da burocracia.

Jorginho e sua equipe fizeram a lição de casa direitinho neste primeiro ano de mandato. Mas outros desafios haverão de existir nos próximos meses. Agora, é organizar a casa e se preparar para as próximas batalhas.

Pagamento por pix ou cartão no ferry boat

A Assembleia Legislativa (Alesc) aprovou esta semana o projeto de lei da deputada Paulinha (Podemos) que obriga as empresas concessionárias do serviço público de transporte hidroviário, fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa e ferry boat, a receber o pagamento da tarifa nessas modalidades. A matéria segue para sanção do governador para então ser colocada em prática.

A parlamentar encerrou o ano legislativo com 10 projetos de lei aprovados pelo plenário da Alesc ou sancionados pelo governador, sendo que quatro já se tornaram leis. As propostas incluem iniciativas para diversas áreas, como infraestrutura e saúde, com foco em facilitar a vida do catarinense.



Foto: Agencia AL

Incentivos aos hospitais de SC

As entidades que representam os hospitais, tanto filantrópicos quanto privados em SC, AHESC e FEHOSC, participaram do lançamento do Programa para valorização dos hospitais e Tabela Catarinense de Cirurgias Eletivas, construído com participação ativa das instituições. O lançamento aconteceu esta semana, em Florianópolis, e foi feito pela secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto, e pelo governador do Estado, Jorginho Mello. Segundo o governo, serão aplicados mais de R$ 650 milhões em incentivos às unidades de saúde parceiras em 2024, além dos valores para cirurgias eletivas mediante produção. Com as atualizações, o Estado passará, em 2024, de 115 para 152 unidades participantes entre hospitais filantrópicos e municipais. Outro importante anúncio foi a Tabela Catarinense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos em que foram revistos os valores pagos aos prestadores de serviços refletindo também na valorização dos profissionais. Agora, com a tabela catarinense serão pagos até 12 vezes o valor destinado na Tabela SUS.

Pescados no Ceasa

Representantes da Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAQ), da Epagri e da Ceasa/SC se reuniram com o Grupo de Trabalho que analisa a inclusão da venda do pescado na Ceasa.

O secretário de Aquicultura e Pesca, Tiago Bolan Frigo, explica que entre os objetivos da proposta está incentivar o consumo do pescado como proteína animal de alta qualidade para a nutrição humana e impactar de maneira positiva a atividade pesqueira no estado, com melhores resultados para o setor e para a economia catarinense. Entre os produtos que podem entrar no Ceasa estão Tilápia, Camarões, Tainha, Filé de Linguado/Pescada, Anchova, Salmão, Ostras e mexilhões. Uma próxima reunião ficou agendada para início de 2024, sendo que entre este período deve haver a visita da Cidasc à Ceasa para tratativas referentes à implementação do comércio do pescado na Ceasa/SC.

Cinemateca catarinense

A Associação Cinemateca Catarinense ABD/SC solicita à Fundação Catarinense de Cultura de Santa Catarina esclarecimentos acerca da data de pagamento aos contemplados estaduais dos prêmios da Lei Paulo Gustavo. Trata-se de um edital emergencial para o setor audiovisual e demais áreas da cultura que foram duramente afetadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19. Apesar da verba federal já estar disponível, o repasse por parte do governo estadual já se encontra em atraso, sem justificativa aparente.

Integração Editorial: Associação de Diários do Interior Santa Catarina; APJ SC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com***
Diagramação: ***Celina Sales***

[PeloEstado] ENTREVISTA



Foto: Agência AL

"Fazer política é o exercício do debate com respeito às divergências"

Mauro de Nadal, Deputado Estadual e presidente da Alesc

Ocupando o cargo de presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) pela segunda vez, Mauro de Nadal está em seu quarto mandato como deputado estadual. Filiado ao MDB, ele acredita que a relação da Casa com o Executivo deve caminhar harmoniosamente e sua gestão mostra que ele cumpre à risca esta premissa. Nadal conversou com a Coluna e falou sobre esta relação do legislativo com o Governo do Estado, sobre os desafios e projetos que vem desenvolvendo na Alesc, entre outros assuntos. Confira:

Pelo Estado - Como o senhor avalia este seu ano como presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina?

Mauro de Nadal - Foi um ano bastante positivo, em que tratamos de diversas questões polêmicas e conseguimos bons encaminhamentos. No primeiro semestre, a Assembleia tratou da reforma administrativa do governo, da questão das bolsas de estudo para o ensino superior, e se dedicou ao debate sobre ações em favor da segurança nas escolas, que seguiu durante o segundo semestre e vai ter andamento em 2024, com a tramitação de projetos que foram redigidos como fruto deste trabalho.

Projetos, por sinal, exequíveis, ou seja, que podem ser levados à prática, de acordo com a realidade de nosso Estado e de nossas escolas. Propostas para defender, garantir segurança às nossas crianças, dar tranquilidade aos professores e pais dos alunos. E aprovamos muitos projetos, do interesse do Executivo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, sempre com a visão do interesse público, além de muitos projetos de iniciativa parlamentar.

No plano legislativo, o ano da Assembleia encerra com 10.158 processos, dos quais 754 foram projetos de lei, além de requerimentos, moções, pedidos de informações, indicações e requerimentos em comissões, que resultaram, por exemplo, em um grande número de audiências públicas.

PE - 2023 também foi o primeiro ano do mandato do governador Jorginho Mello (PL). Vimos que o Executivo enviou diversos projetos para a Casa, alguns bem polêmicos, como o Universidade Gratuita e outros referente aos incentivos fiscais dentro daquele pacote tributário que passou pelo plenário recentemente. Como o senhor avalia esse relacionamento com o Governo de Jorginho?

MN - O relacionamento com o governo, assim como com os demais entes da administração pública, deve sempre se dar de forma respeitosa, como tem ocorrido. Aliás, esse respeito propicia a harmonia e a autonomia entre os poderes. Quem ganha com isso é a sociedade catarinense.

Isso não foi diferente com o Governo do Estado. Trata-se de um governo legitimamente eleito, que precisa ser respeitado e contar com as condições para governar de acordo com as suas proposições de campanha. A aprovação da reforma administrativa, entre outros projetos, é um grande exemplo da relação respeitosa e harmônica entre os dois poderes.

PE - Em uma entrevista anterior com o senhor, no início do ano, fizemos esta pergunta e, agora, vamos repetir: Quais são as suas prioridades a partir de agora?

MN - Nossa prioridade é garantir um parlamento harmônico, com espaço para cada deputada e deputado desenvolver ações que considere importantes para seus mandatos. Ter respeito às diferenças, ao modo de cada um ver a sociedade, mas convergência para encaminhar ações importantes para os catarinenses. Porque pessoalmente entendo que fazer política é o exercício do debate, com respeito às divergências, mas com a capacidade de somar esforços e deixar desentendimentos de lado quando há objetivos maiores na mira da sociedade.

PE - Recentemente, a Alesc destinou R$ 30 milhões para auxiliar os municípios atingidos por enchentes. Em uma gestão anterior, o senhor também conseguiu gerar uma economia considerável e o dinheiro foi devolvido ao Estado. Como está sendo trabalhado esse orçamento da Assembleia?

MN - O parlamento tomou a iniciativa de doar parte dos recursos economizados ao longo do ano para o Governo do Estado, visando amenizar os estragos das chuvas. A essa parceria, se somaram o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o próprio Governo do Estado, e a cifra chegou aos R$ 150 milhões.

Além disso, destinamos recursos ao Estado para viabilizar emendas coletivas das bancadas suprapartidárias regionais, nas quais os deputados discutiram e elegeram ações de interesse prioritário da população de cada região. Ainda economizamos para garantir também as emendas individuais dos parlamentares, que são constitucionais e o governo estava com dificuldades para assegurar recursos. Ou seja, essa economia retorna sempre à sociedade.

PE - Após um ano na presidência da Assembleia Legislativa e com as movimentações que estão sendo feitas para as eleições do próximo ano, como o senhor avalia, hoje, a força do MDB em Santa Catarina?

MN - O MDB é o mais longevo partido político em atividade no Brasil, e em Santa Catarina tem uma de suas mais expressivas representações. Conta com centenas de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos, além de ter a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Ainda conta com uma senadora. É importante destacar também que as recentes reuniões regionais mostram que a sigla segue forte, mobilizada e motivada para as eleições municipais do próximo ano. Desse modo, acredito que teremos resultados expressivos nas disputas municipais.

PE - Para finalizar, quais o senhor considera que foram os pontos fortes da gestão em 2023?

MN - A atual mesa da Assembleia Legislativa é eclética. Tem representantes de vários poderes e blocos parlamentares, e a Casa prima pela administração colegiada, sempre consultando os líderes para dar ritmo à tramitação das matérias mais importantes. E essa é uma característica de uma casa plural que prima pelo ambiente de respeito mútuo entre seus pares. Nosso parlamento serve de modelo para muitos outros, porque aqui há um ritmo de trabalho intenso, com amplo debate e processo transparentes. Essa é uma marca que deve ser valorizada.

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina
/peloestado peloestado.com.br
Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com*
Diagramação: *Celina Sales*

SUPERMERCADO REVIWER (42) 3522-5875





O dia do **SIM** foi incrível para o casal **Fabíola Rodrigues** e **Brendow Gavasso**. A cerimônia foi realizada no dia 16, no Espaço de Eventos Tramonti, em Porto União. O click foi de Marcos Dasko. Felicidades ao casal!



Na segunda-feira, 18, durante Sessão Ordinária, os vereadores de União da Vitória entregaram a **Moção de Aplausos** ao **Grupo Bahniuk**, em reconhecimento aos seus 48 anos de história e contribuição para o desenvolvimento econômico e social da região.

O **Grupo Bahniuk**, atualmente liderado pelos sócios e irmãos **Clemente**, **Simão** e **Cleide**, começou sua trajetória empreendedora há 50 anos, quando o casal **Demétrio** e **Eva**, pais dos atuais gestores, inauguraram uma modesta mercearia em **Mallet**. Desde então, o grupo vem crescendo e se destacando pela gestão financeira sustentável e eficiente, abrangendo diversas empresas, tais como o **10 Atacadista**, **UFV**, **Pães Vó Eva** e **Bah Log Transportes**.



Em uma ação conjunta, a **Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap)**, juntamente com a **Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais da Região Centro-Sul (Cacesul)** e a **Associação Comercial de União da Vitória (Aceuv)**, realizaram uma nobre iniciativa na tarde de terça-feira, 19. **156 latas de tinta** foram entregue à **Prefeitura de União da Vitória**, com destino ao **Centro de Referência de Assistência Social (Cras)**. Este material será posteriormente repassado às famílias em situação de vulnerabilidade, como parte de ações sociais desenvolvidas pela administração municipal. Na entrega, participaram também o presidente da Cacesul, **Luciano Castilho**, e o presidente da Aceuv, **Jorge Américo**, reforçando o compromisso conjunto em prol do bem-estar da comunidade local.



Miguel Bakri Pigatto Caus e **Murilo Capriglione Maltauro** exibem orgulhosos o troféu conquistado recentemente de 3º lugar - categoria sub-9 no Campeonato Municipal de Futsal de União da Vitória. Parabéns!





Na quarta-feira, 20, o **Grupo Solidariedade** realizou mais uma ação em União da Vitória. Os voluntários alegraram o dia no **Lar de Nazaré**, **Vózinhas de Daniel** e na **Instituição Frei Manuel e Ares**. Durante as ações, foi realizada a doação de materiais de limpeza e higiene e também servido lanche nas 4 instituições. O **Grupo Solidariedade** existe há 10 anos, é formado por voluntários e conta com o apoio da **Sanepar**.

SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

ECONOMIA DO PARANÁ ESTÁ MAIS FORTE E DISTRIBUÍDA NAS REGIÕES, MOSTRA ESTUDO DO IBGE

De acordo com relatório, 8 das 12 regiões aumentaram a sua participação proporcional nos últimos anos

Da AEN-PR

Foto: José Fernando Ogura



Ao longo dos últimos 20 anos, a economia paranaense se tornou mais diversificada, com diversas regiões do Estado ganhando mais participação proporcional no Produto Interno Bruto (PIB). É o que apontam os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2021, quando comparados às estatísticas econômicas de 2002.

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), composta por 29 cidades, representa mais de um terço da economia paranaense e registrou expansão do PIB nas últimas décadas, de R$ 35,2 bilhões para R$ 190 bilhões, mas a participação no total foi de 39,9% em 2002 para 34,6% em 2021. Curitiba (17,8%), São José dos Pinhais (4,9%) e Araucária (4,5%) são os três municípios com maior peso no PIB estadual atualmente.

De acordo com o relatório, 8 das 12 regiões analisadas aumentaram a sua participação proporcional nos últimos anos. O maior crescimento proporcional no período foi registrado no Noroeste do Estado. Os 86 municípios da região representavam juntos 9% do PIB estadual há 21 anos e alcançaram 11,2% de participação no estudo mais recente, passando de R$ 8 bilhões para R$ 61,6 bilhões.

A cidade que mais expandiu e diversificou a economia proporcionalmente foi Indianópolis, da 301ª para a 149ª colocação. Outras cidades do Noroeste com grande crescimento foram Douradina, que passou do 183º lugar para 93º e Francisco Alves, de 300ª para a 238ª colocação.

O Oeste do Paraná, que já era vice-líder na produção de riquezas em nível estadual em 2002, cresceu mais um ponto percentual, passando de 12,2% para 13,2% em 2021, ou de R$ 10,8 bilhões para R$ 72,6 bilhões. Entre os 45 municípios da região, os que mais cresceram neste intervalo de tempo foram Iracema do Oeste (de 361º para 292º), Entre Rios do Oeste (de 284º para 226º), Itaipulândia (de 190º para 145º) e Formosa do Oeste (de 243º para 199º).

As outras regiões com crescimento acima da média estadual nas últimas duas décadas foram os Campos Gerais, com alta de 0,7 ponto percentual (de 7,3% para 8%), o Sudoeste, com os mesmos 0,7 pp (de 4,8% para 5,5%), o Centro, que subiu 0,5 pp (de 2% para 2,5%), o Litoral, com 0,4 pp a mais (2,6% para 3%), além de alta de 0,1 pp para o Centro-Oeste (2,6% para 2,7%) e o Norte Pioneiro do Paraná (2% para 2,1%).

Apesar de uma queda de 0,3 ponto percentual da região Norte, Sabáudia e Santo Inácio registraram o maior e o terceiro maior crescimento no ranking estadual respectivamente. Enquanto Sabáudia cresceu 160 posições (de 270º para 110º), Santo Inácio alcançou uma classificação 137 lugares acima (de 279º para 142º).

Cidades

O estudo também mostra que 14 cidades paranaenses têm 1% ou mais de participação no PIB: Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Paranaguá, Guarapuava, Pinhais, Toledo, Campo Largo e Colombo. Em 2002 eram 12.

Em nível nacional, em 2021, 11 municípios responderam por quase 25% do PIB: São Paulo (SP), com 9,2%; Rio de Janeiro (RJ), 4%; Brasília (DF), 3,2%; Belo Horizonte (MG), 1,2%; Manaus (AM), 1,1%; Curitiba (PR), 1,1%; Osasco (SP), 1,0%; Maricá (RJ), 1,0%; Porto Alegre (RS), 0,9%; Guarulhos (SP), 0,9% e Fortaleza (CE), 0,8%. Em 2002, apenas quatro municípios representavam um quarto da economia nacional.

Paraná Agro

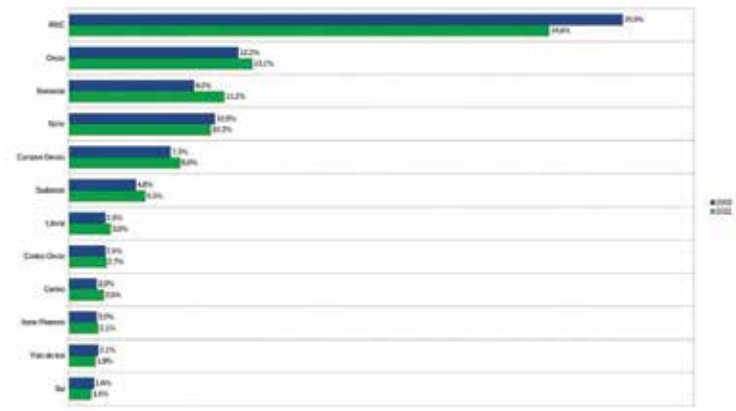
O estudo também mostra que a Região Rural da Capital Regional de Cascavel, com a menor superfície produtiva entre outras regiões (49.918 km² espalhados em 115 cidades), teve o segundo melhor resultado no valor agregado da produção nacional, atrás apenas da Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), que tem 62.707 km² de área em 202 cidades. A Região Rural da Capital Regional de Ponta Grossa também aparece nessa lista, na sétima posição, com 69 municípios.

PIB em alta

Análises do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) feitas a partir dos dados do IBGE também demonstram que oito municípios paranaenses integram a lista das 100 maiores economias do Brasil. Curitiba ocupa a 6ª posição no ranking, com um PIB de R$ 98 bilhões, o equivalente a 1,1% de toda a produção nacional. Também aparecem no ranking São José dos Pinhais (45ª colocação), Araucária (46ª), Londrina (50ª), Maringá (54ª), Ponta Grossa (69ª), Foz do Iguaçu (70ª) e Cascavel (91ª).

Em 2021, o PIB do Paraná totalizou R$ 550 bilhões, um crescimento em termos reais de 3,5% em relação ao ano de 2020, como mostram os dados do Sistema de Contas Regionais (SCR). Com esse resultado, o Paraná respondeu por uma fatia de 6,1% de todo o PIB brasileiro, que fechou 2021 em R$ 9 trilhões.

O levantamento mais atualizado do Ipardes mostra que a economia paranaense cresceu 6,91%% nos três primeiros trimestres de 2023 na comparação com o mesmo período do ano passado. Já o PIB do País teve crescimento de 3,2% nos nove primeiros meses desse ano.





OPINIÃO

PARTIDOS DISPUTAM CAMPEONATOS, MAS A TORCIDA É DOS JOGADORES

| Por Walber Guimarães Junior

É sempre recorrente a analogia entre futebol e política, mas, como sempre são efetivas, a utilizo em favor da minha análise.

Uma eleição funciona como um campeonato com apenas uma ou duas partidas onde os competidores entram em campo para fazer votos e não gols, todavia os inscritos são sempre partidos e não candidatos, a despeito de poucos compreenderem este relevante detalhe. Logo, para disputar uma eleição é preciso estar "contratado" por um time, disputar a vaga nos treinos (convenções) para, enfim, entrar em campo.

A questão é que nos acostumamos a torcer para os jogadores e não para as equipes, mas houve um tempo, na época do bipartidarismo, que cada eleitor escolhia seu time e, muito antes do campeonato começar, já vestia a camisa e trabalhava para que sua equipe fosse a vencedora. Todavia, como havia apenas dois lados, a favor ou contra, situação ou oposição, as equipes tinham identidade, eram previsíveis, seus jogadores tinham afinidades com a torcida e raramente trocavam de camisa.

Tempos românticos da política onde a ideologia fazia sentido e os eleitores rejeitavam a tática do século XXI quando os players adotaram a política do resultado. Todavia, a intensa "profissionalização" dos competidores, tornou a estratégia de buscar resultados a qualquer custo, algo que permite jogar por terra toda e qualquer convicção ideológica. Em nome dos resultados, posso abraçar um deus de dia e um diabo à noite, ou se preferir, um comunista ou um fascista, ao sabor das conveniências.

Os fundos eleitorais, espécie de bicho da política, permite que o presidente do clube defina para quem vai pagar os melhores salários e, muitas vezes, alguns entraram em campo de graça, apenas pelo prazer de competir. Pior ainda, o patrocínio individual é um relevante handicap, quase um doping, que otimiza o desempenho dos atletas políticos, com a atenuante que, a grande maioria, prefere que sua marca não seja estampada nem chegue ao conhecimento da torcida.

Como consequência desta mudança das estratégias eleitorais, o campeonato da política se tornou esquisito; a torcida escolhe os atletas e nem mesmo sabe por que qual equipe ele vai jogar porque estes se tornaram irrelevantes.

Na realidade, como partidos são apenas aglomerados ditados pela conveniência, a democracia perdeu muito em qualidade. A taça deixou de ser desejada porque as vitórias são individuais, os vencedores são idolatrados e as equipes negligenciadas.

Bem assim, se tenho recursos para garantir vaga em qualquer time, se tenho patrocinador para me colocar na cara do gol, posso vencer jogando por qualquer equipe. Ótima solução individual, mas trágica para o coletivo e, por isso é complicado, este tal "coletivo", somos nós, pobres eleitores, que, empolgados pelos gritos de guerra, gerados pelo marketing, deixamos de ser a razão do campeonato.

Sem romper este círculo vicioso, a política seguirá sua escalada decadente e deprimente. Sem partidos, sem ideologia, seguiremos reféns de um jogo onde regras e até a renda do jogo fogem do nosso controle.

É impossível melhorar a qualidade do campeonato, sem subir o nível das equipes, em leitura direta; sem partidos decentes, sem democracia relevante e os jogadores seguirão tocando bola no centro do campo, ocupados pelos mais habilidosos e, sem escrúpulos, decidindo onde é mais conveniente fazer os gols.

A parte triste é que cada vez tem mais torcida para estes jogadores que fazem gol contra ou a favor, sempre das suas conveniências e, cada vez mais, aqueles jogadores habilidosos que trocam bola no centro, definem jogos, campeonatos, bichos, salários e tudo que quiserem porque, porque, mesmos em serem o presidente da federação, são eles os reais chefes da política, digo do campeonato eleitoral.

Mas tem solução!

Quando nós torcedores entendermos que somos a razão do campeonato e que, se quisermos somos nós que escolhemos os jogadores, tudo pode ser diferente.

E até as equipes voltarem a ser relevantes.

E tudo começa na preliminar, que todos acham menos importante, o campeonato das proporcionais, como se fossem a base, onde se formam atletas para brilharem à frente.

Em tradução livre: se você entender que precisa escolher, com filtros apropriados, bons vereadores, e depois ótimos deputados, poderemos voltar a gostar do jogo da política. Vista a camisa apropriada, fuja dos atletas com patrocínio pessoal e espere pelas vitórias.

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio

Opinião
Por André Marsiglia

FLÁVIO DINO NÃO É COMUNISTA NEM AQUI, NEM NA CHINA

Para Lula, comunismo não é aquilo que dizem os livros, mas uma prática que possibilita ao governante agir como um ditador e, ao mesmo tempo, fazer crer ao povo que tudo que faz é para cuidar dos pobres. Mero populismo barato vestido com o fraque da ideologia.

É nisso que acreditam os governantes comunistas da América Latina e, se acrescermos à receita deste bolo uma implacável lógica capitalista, é o que acreditam também os comunistas chineses.

Dino não é comunista nem aqui, nem na China. É apenas mais um que, ao vestir a toga suprema, se amoldará ao espírito de corpo da Corte e passará a agir em nome dos interesses do STF de se sobrepor aos demais poderes da República, como tem acontecido nos últimos anos.

Importa menos criticarmos o que Dino é e mais o que ele – e todos os outros – se tornam ao ingressarem no STF. Mesmo assim, os críticos da Corte perdem seu tempo – e o nosso – a reclamar que os ministros são comunistas, capitalistas, evangélicos, ou que não são mulheres, negros e indígenas.

Alguns meses atrás, em artigo intitulado "A ideologia de Zanin não tem importância nenhuma", escrevi que, se o STF se tornou um poder mais político que jurídico, seus ministros acabaram se tornando uma espécie de políticos do centrão. Transcrevo o trecho:

"Ministros do STF, mesmo quando agem politicamente, não o fazem em favor deste ou daquele partido, desta ou daquela ideologia política. Se fossem obrigados a ter algum partido, certamente seria um daqueles de centro, que se dão bem com todo e qualquer personagem que está exercendo na ocasião o poder"

Escrevi também que aos poucos a ideologia dos ministros acabava se ajustando à toga, para que governem sobre nossas cabeças e a despeito de nossas vontades.

É assim, e assim será, independentemente de serem evangélicos ou ateus, capitalistas ou comunistas, os ministros acabam se alinhando para que o poder arrancado do Executivo e do Legislativo, desde o advento do famigerado inquérito das fake news, continue a lhes dar a soberania total em nossa republiqueta mequetrefe.

Temos um STF que governa. É disso que deveriam se ocupar os críticos da Corte. Se os ministros são capitalistas ou comunistas de iphone, é algo que diz respeito mais a seu passado que a seu futuro, enquanto ministros do Supremo.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.


Publique aqui
edital@jornalocomercio.com

ACESSO EMERGENCIAL NA PONTE JOSÉ RICHA SERÁ MANTIDO DEFINITIVAMENTE

Intervenção foi realizada durante a enchente para que trânsito entre o distrito de São Cristóvão e o centro não fosse interrompido

Da Redação

Foto: Jaqueline Castaldon



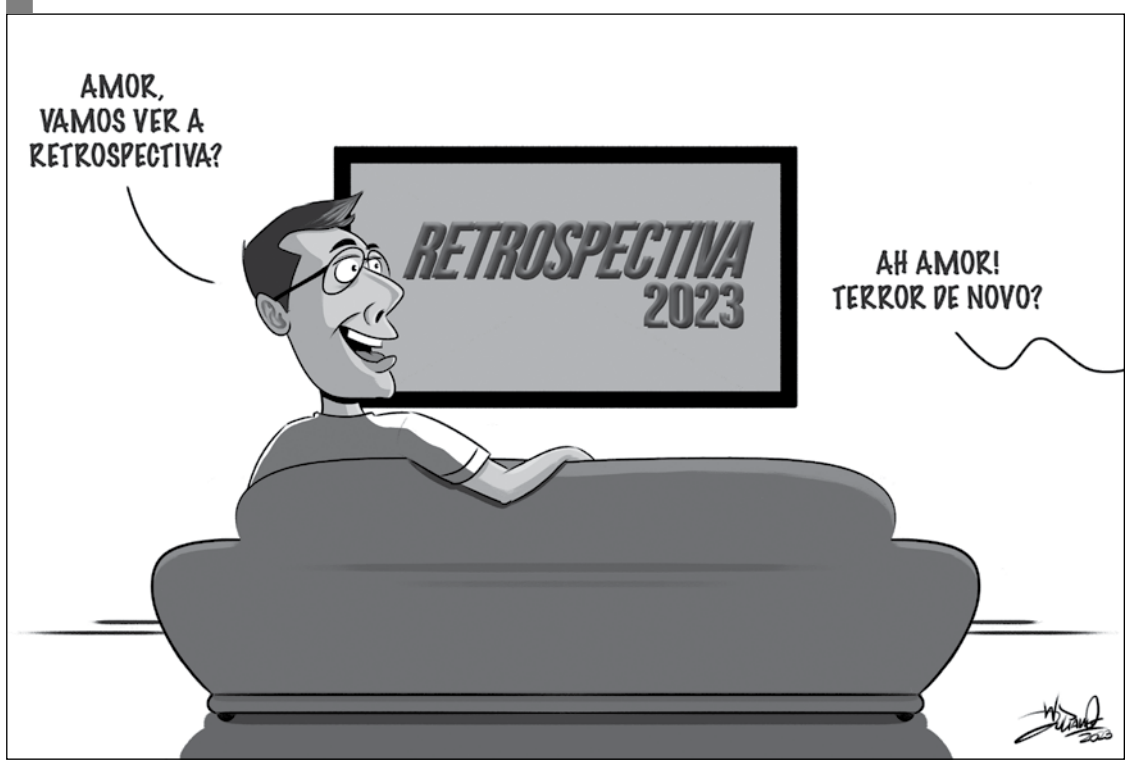
O acesso emergencial à ponte José Richa, no distrito de São Cristóvão, construído durante a enchente, será mantido. A informação é do prefeito de União da Vitória, Bachir Abbas, que relatou à reportagem de O Comércio que, assim que passarem os feriados de fim de ano, uma equipe realizará uma nova elevação e pavimentação do trecho.

A intervenção realizada no local permitiu que o distrito de São Cristóvão não perdesse seu acesso ao centro da cidade. A ideia é que, caso a cidade seja atingida por uma nova cheia, o trânsito não seja prejudicado. "O nosso setor de Planejamento já está trabalhando nas últimas semanas com o nosso setor de Topografia para que nós façamos uma solução definitiva para aquele trecho. Vamos elevar um pouco mais o nível para que, claro, a gente reza que não aconteçam novas cheias, mas se acontecer, que o fluxo não seja interrompido. Também estaremos estendendo um pouco mais aquela elevação", explica.

Bachir também comentou sobre obras em outros locais da cidade. "Nosso setor de Topografia tem que trabalhar na região do Bom Jesus, na proximidade da ponte para que a gente faça uma intervenção. São intervenções que se mostraram necessárias para o período de cheias. Como eu falei, a gente espera que não aconteça, mas a gente tem que ter esse trabalho feito, tem que estar prevenido. Sempre a precaução é o melhor remédio para quando acontecem as situações. Então, nas próximas semanas, nós estaremos trabalhando".

NOS SIGA NAS REDES
@jornalocomercio

CHARGE



@jornalocomercio

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ, NA RUA VEREADOR ANTONIO LORI DE OLIVEIRA, COM EXTENSÃO DE 413,12 M E ÁREA DE 2.994,08 M², em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos e constantes no Termo de Referência, o qual é parte integrante deste Edital, e, composto pelo arquivo digital "ES PROPOSTA".
Os envelopes de nº 02 – Proposta de Preços e nº 01 – Habilitação, deverão ser entregues até as **09:00 do dia 31/01/2024** e a Sessão Pública da licitação, com a consequente abertura dos envelopes de Preço e Habilitação, **terá início às 09:30 do mesmo dia** (horário local).
Edital disponível: Rua Rui Barbosa, 204 – Paulo Frontin – PR, dias úteis das 08h00min às 17h00min. Informações: Fone (42)0800700-1210. E-mail licitapaulofrontin@hotmail.com. Site: www.paulofrontin.pr.gov.br.
Paulo Frontin – PR – 19/12/2023. JAMIL PECH – Prefeito Municipal.

somos GPTW
Great Place To Work. Certificada
GRUPO VERDE VALE DE COMUNICAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
RAZÃO SOCIAL: MOTOCLUBE PORTO UNIÃO DA VITÓRIA
CGC/CNPJ: 75.967.562/0001-08

Assembleia Geral Ordinária 2024
Convocação

Convidam-se os senhores integrantes do Motoclube Porto União da Vitória, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária referente ao ano de 2024, a realizar-se na sede Instituto Cultural Grunenwald, na cidade de Porto União/SC, a Rua Pedro Mazurechen, nº 745, no dia 25 de janeiro de 2024, em primeira convocação às 19h30min, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Apresentação de alteração do estatuto social.
b) Eleição da Diretoria.
c) Outros assuntos de interesse da Motoclube.
União da Vitória, 20 de dezembro de 2023.

Gerson Coas • Presidente

CB Comercial Bandeirante
PREÇOS IMBATÍVEIS
3522-3993

O MAIOR VERÃO DA HISTÓRIA DO PARANÁ ESPERA POR VOCÊ.

Confira a programação completa em pr.gov.br.

VERÃO MAIOR PARANÁ

27 SHOWS DE GRAÇA

EM MATINHOS E EM PONTAL DO PARANÁ.





ROUPA NOVA	DIAS 12 E 13/1
LUAN SANTANA	DIA 19/1
JORGE E MATEUS	DIA 21/1
SIMONE MENDES	DIA 3/2
AMADO BATISTA	DIA 16 E 17/2
RAÇA NEGRA	DIA 17/2
ZEZÉ DI CAMARGO E LUCIANO	DIA 24/2

PALCOS SUNSET EM CAIOBÁ, GUARATUBA E SHANGRI-LÁ.
Shows com diversos artistas locais.

6 ARENAS FIXAS DE ESPORTE
NO LITORAL.

2 ARENAS FIXAS DE ESPORTE
EM PORTO RICO E EM SÃO PEDRO DO PARANÁ.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO